

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 1998, NO AUDITÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, AV. AFONSO PENA, 2336, 14º. ANDAR.

Aos oito dias do mês de Outubro de mil, novecentos e noventa e oito, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde. Às 14:50 horas, com existência de quórum regimental, o Secretário Geral do Conselho, Roberto dos Santos, deu início à reunião que tem a seguinte pauta: 1- Informes; 2 – Combate a Dengue; 3 – Votação do relatório financeiro do FMS, ano 1997; 4 – Votação do relatório de gestão dos meses de Outubro a Dezembro de 1997; 5 – Proposta de Resolução – Criação da Plenária de usuários do SUS/BH. Iniciando os informes, Roberto convida para a cerimônia de posse os novos membros do Conselho Municipal de Saúde que será realizada no dia 13/10, às 16:00 horas, no auditório da SMSA que contará com a presença do prefeito Célio de Castro e outras entidades. A seguir, convoca os demais membros da mesa diretora para que ocupem seus lugares na mesa de condução dos trabalhos. A 1ª secretária, Sônia dos Santos, informa sobre documento, já recebido pelos conselheiros, assinado pelos ex-secretários de saúde, César Campos e Athos de Carvalho, pelo ex-secretário-adjunto, Fausto Pereira dos Santos e pelo ex-diretor de administração e material da Secretaria, Helvécio Miranda de Magalhães, no qual fazem considerações em razão de declarações do atual secretário, Marílio Malagutti. A seguir, Sônia faz a leitura da resposta do secretário, Marílio Malagutti ao referido documento e informa que os dois documentos serão transcritos, na íntegra, na presente ata. Os documentos têm o seguinte teor: “Excelentíssimo Senhor Dr. Marílio Malagutti Mendonça, Secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte. Os abaixo assinados confulcro no artigo 1º da Lei Federal 9051 de 18/05/95 vem requerer de V.Excia como de fato requer, expedição de certidões para fim de defesa dos seus direitos considerando que: 1 – Na reunião ordinária do CMS realizada em 23/07/98 em sua fala aos membros do referido Conselho, V.Excia expressou sobre: A) As irregularidades nos processamentos de contratação de serviços de terceiros; B) Das licitações fraudulentas; C) Super faturamento nas contratações; D) Da falta de zelo dos administradores com o dinheiro público. Sendo que, as irreguldaridades apontadas naquela reunião remontam à 1993, porque inclui toda gestão 93/96 e até a atual gestão 97/98; 2- Os peticionários por ser de direito, querem que as certidões constem: A) Da confirmação ou não das irregularidades aventadas por V. Excia; B) De todos os fatos e atos que redundaram na denuncia da mal versação do dinheiro público; C) Dos mecanismos e instrumentos utilizados por V.Excia para chegar à tais conclusões e por fim; D) Nomear os responsáveis, incluindo os servidores da SMSA/BH e de outros órgãos da PBH; 3 – A solicitação hora feita pelos peticionários, se justifica devido ao fato de que: foram nas épocas citadas; Secretário Municipal de Saúde, Secretário Adjunto e Gestor de Administração desta Secretaria e portanto responsáveis pelo gerenciamento desta casa; onde imprimiram uma gerencia responsável sempre zelando pelo dinheiro público de forma correta, legal, impessoal e moral; 4 – Caso as denúncias apontadas por V.Excia não se confirmarem, requerem que, no texto das certidões fique expresso a isenção de responsabilidades, para fim de conhecimento público, sem perda de outros recursos legais que venham resguardar seus direitos civis, penais e políticos, além de salvar, guardar suas reputações de homens públicos; 5 – Requerem ainda que as certidões sejam expedidas no prazo legal improrrogável de quinze dias, contado do registro de protocolo desta Secretaria. Nestes termos pede e espera deferimento. Belo Horizonte, 28/08/98. César Rodrigues Campos, Athos de Carvalho, Fausto Pereira dos Santos, Helvécio Magalhães Miranda Júnior”. “Documento do Secretário Marílio Malagutti para o senhor Helvécio Viana Magalhães Júnior, Belo Horizonte, 03/09/98, Prezado Senhor, Acusamos o recebimento do abaixo assinado de V.Sª, onde solicitam a expedição de certidão confulcro no artigo 1º da Lei Federal Nº 9051 de 18/05/95, no entanto o pedido de V.Sª não pode ser objeto de certidão, pois baseado que está numa suposta impropriedade lingüística sem comprovação ou intenção nossa de detrair quem quer que seja. A nosso ver não lhes cabe nenhuma preocupação, já que como disseram sempre imprimiram uma gerência responsável, sempre zelando pelo dinheiro público de forma correta, legal, impessoal e moral. Atenciosamente,

51 Marílio Malagutti. “Ao Secretário Geral do Conselho Municipal de Saúde, Roberto dos Santos,
52 Senhor Secretário, Tendo em vista as declarações do senhor Secretário Municipal de Saúde em
53 reunião do CMS, realizada no dia 23/07/98, gostaríamos de levar ao conhecimento deste Conselho
54 que: Apresentamos interpelação administrativa ao senhor Secretário, para elucidação dos fatos
55 mencionados. Solicitamos certidões que constassem os eventuais responsáveis pelos fatos
56 mencionados. Solicitamos certidões de isenção de responsabilidades resguardando nossas
57 reputações de administradores públicos. O senhor Secretário em resposta à essa interpelação
58 conforme anexo, reconhece a impropriedade lingüística. O senhor Secretário em resposta à essa
59 interpelação conforme anexo reconhece não possuir comprovação ou intenção de detrair.
60 Solicitamos portanto a divulgação a todos os membros deste Conselho dos documentos anexos,
61 bem como a leitura dos mesmos em plenário para que conste em ata, possibilitando registro perene
62 dos fatos. Colocamo-nos à disposição do CMS para quaisquer esclarecimentos que se fizerem
63 necessários. Atenciosamente, Fausto Pereira dos Santos, ex Secretário Adjunto. Na seqüência, lê o
64 convite para lançamento do livro: “Sistema Único de Saúde em Belo Horizonte – reescrevendo O
65 Público, sobre a política de saúde na gestão municipal 93/96. Roberto, lê ofício da Associação dos
66 Hospitais de Minas Gerais, no qual são indicados os representantes da entidade na nova composição
67 do Conselho que são os Dr. Carlos Epifânio Queiróz efetivo e José Luiz Geo Verçosa, suplente. A
68 seguir, passa a palavra ao senhor Luiz Henrique, da Secretaria Municipal de Planejamento, que
69 passa informes sobre o Orçamento Participativo da Cidade que, segundo diz, busca a integração das
70 políticas públicas. Propõe que o Conselho pautue uma discussão do OP Cidade e realize uma
71 plenária para eleição de delegados a Pré-Conferência do OP. João Athayde, informa sobre a posse
72 da Comissão Local de Saúde do Alto dos Pinheiros e do Conselho Distrital de Saúde Noroeste. A
73 conselheira distrital, Maria do Carmo, pede esclarecimentos sobre o combate à Leishmaniose. O
74 conselheiro Evaristo Garcia, informa sobre o pacote de ajuste fiscal que será anunciado nos
75 próximos dias pelo governo federal. Protesta contra o fato de o cerimonial da prefeitura não estar,
76 segundo diz, permitindo que a comunidade se manifeste durante cerimônias oficiais. O conselheiro
77 Geraldo Mossen, lê proposta de realização de reunião extraordinária do CMS assinada por 24
78 conselheiros cuja pauta seria a discussão da UAPU Venda Nova. A conselheira Maria Betânia, lê
79 documento em que a Comissão de Saúde do SINTSPREV-MG solicita providências do Conselho
80 no sentido da divulgação do relatório final da I Conferência Municipal de Saúde da Mulher,
81 realizada em Novembro/97. A Conselheira Sônia dos Santos, informa sobre a plenária dos
82 trabalhadores realizada ontem 07/10, a eleição dos coordenadores da plenária foram eleitos: Cleide,
83 Dorvaldir, Maria Cristina, Marlene e Rogério. Acrescenta que, além da eleição, a plenária discutiu a
84 questão da Dengue, o PSF e a demanda de receitas trazidas aos Centros de Saúde oriundas de
85 cidades do interior e de consultas feitas através de planos de saúde. O conselheiro José Osvaldo,
86 informa de insuficiência de recursos humanos no Centro de Saúde Urucuiá, de cuja Comissão Local
87 ele faz parte, enfatizando a falta de auxiliares de enfermagem. O conselheiro Paulo Venâncio,
88 denuncia problemas criados para a comunidade da rua Piraquara, na Vila Oeste, pela abertura de um
89 depósito onde são lavados caminhões de lixo da SLU espalhando detritos pela rua afetando
90 inclusive a Central Distribuidora de Medicamentos e a Farmácia de Manipulação da SMSA. **O**
91 **conselheiro Antônio Carlos, lê documento em que é denunciada a utilização de fanfarra**
92 **composta por alunos da Escola Municipal Anísio Teixeira, do bairro União, na campanha**
93 **eleitoral. “Belo Horizonte, 30/09/98, à Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde,**
94 **venho através deste, solicitar uma posição oficial do CMS, que ao meu entender se faz**
95 **necessário, haja visto que, o Presidente da Comissão Local de Saúde do Bairro União, bairro**
96 **onde resido, solicitou em nome da mesma a fanfarra da Escola Municipal Anísio Teixeira,**
97 **para fazer propaganda política para um Deputado cujo ele é assessor, que concorreria a**
98 **reeleição, trata-se da doação de uma ambulância, conforme consta em ata da reunião anterior**
99 **dessa mesma Comissão, que nenhum membro pode tomar qualquer decisão sem prévia**
100 **consulta, que é do conhecimento do mesmo, por isso considero tal posição grave, ainda mais se**

101 tratando de propaganda política, a punição é a perda de cargo. Digo também que é a mesma
102 denúncia foi feita por uma membra do colegiado da Escola Municipal Anísio Teixeira no dia
103 29/09/98, em reunião deste mesmo colegiado, que se diz indignada, pois, no dia 28/09/99, ou
104 seja, às vésperas da eleição, ver a fanfarras da Escola, composta por alunos abaixo de 16 anos,
105 desfilarem por várias ruas no bairro, debaixo de um sol de rachar, com a sirene da
106 ambulância ligada e um carro com o nome de um candidato a deputado estadual e com
107 autorização da direção da escola, por isso, como membro deste Conselho, peço aos
108 companheiros conselheiros que tomem uma posição oficial, avaliando também a possibilidade
109 de se enviar esta denúncia ao Conselho Municipal de Educação e a Corregedoria da PBH,
110 para as devidas providências com relação a direção da Escola Municipal Anísio Teixeira,
111 Antônio Carlos da Silva, Conselheiro Municipal de Saúde. O conselheiro pede que a Mesa
112 Diretora se posicione em relação a esta denúncia, porque não podemos permitir uma situação
113 dessa. O conselheiro Antônio Gomes, informa sobre a inauguração do Centro de Saúde do bairro
114 Santa Cruz e Palmares. O conselheiro Antônio Amâncio, convida para lançamento de livro de
115 autoria do professor Geraldo Afonso de Souza que ocorrerá no dia 16/10, às 20:00 horas, no
116 Grêmio Comunitário do bairro Alípio de Melo. A conselheira Terezinha, denuncia cobrança de
117 exames feitos pelo SUS por clínica situada à rua Araguari, 1002, Santo Agostinho. Solicita também
118 maior controle dos gerentes sobre os agentes sanitários que atuam no combate à Dengue. O
119 conselheiro Júlio César, informa de proposta tirada na plenária dos usuários realizada ontem 07/10,
120 de realização de um Seminário em 13 e 14 de novembro para discutir PSF, PACS, Organizações
121 Sociais e Planos de Saúde. Propõe que na presente reunião seja formada uma Comissão
122 Organizadora do Seminário. O conselheiro Leonardo, representante da Secretaria, informa sobre a
123 discussão em torno da transferência da UAPU Venda Nova para a UPA Silveira. Maria Helena,
124 chefe do Serviço de Controle de Zoonoses da SMSA, presta esclarecimentos sobre a questão
125 relativa ao combate a Leishmaniose. Encerrados os informes, passa-se ao 2º ponto da pauta:
126 Combate à Dengue. Falando pela Secretaria, o Secretário Municipal Adjunto de Saúde, Apolo
127 Heringer, fala que foi apresentado em Agosto, um plano de combate à Dengue dividido em duas
128 partes: de Agosto a Outubro, período de estiagem, com pequena reprodução do mosquito, dando
129 chance a que se eliminasse os criadouros. Diz que esse primeiro período foi encerrado agora e nele
130 foi criada a semana de combate à Dengue, houve mobilizações, foram feitos jornais, entrevistas,
131 acordando a imprensa e conseguindo certa mobilização da comunidade. Fala que o segundo período
132 está se iniciando com o pernilongo tendo maiores chances por iniciarem-se as chuvas e conseqüente
133 reprodução. Informa que os casos de dengue começaram a aumentar e a perspectiva é de maior
134 incidência da dengue hemorrágica. Coloca que na região metropolitana houve, a seu ver, certo
135 corpo mole dificultando uma maior mobilização e integração entre Belo Horizonte e os demais
136 municípios no sentido de ações simultâneas necessárias para um combate mais efetivo. Diz que o
137 prefeito determinou que Belo Horizonte não ficasse à mercê dos recursos dos governos federal e
138 estadual e a Secretaria apresentou a ele uma relação de equipamentos indispensáveis para prevenir
139 um provável recrudescimento da doença sem depender da vontade de adversários políticos que
140 muitas vezes têm, segundo diz, interesse em desgastar a prefeitura. Fala que havia propostas de
141 realização de uma gincana da Dengue, uma semana da Dengue e o adote seu quarteirão e seu beco.
142 Diz que a gincana não deu certo e a semana da Dengue foi realizada com uma série de atividades
143 muito boas. Quanto ao adote seu quarteirão, diz estar indo muito bem, conseguindo-se um bom
144 diálogo com a população e já foram formadas mais de 500 comissões de quarteirão. Coloca que
145 existem em Belo Horizonte 15.344 quarteirões e 360 mil pessoas vivendo em favelas. Os Centros
146 de Saúde dispõem de um mapa a partir do qual se organizam as Comissões de quarteirão que
147 tomarão parte ativa na eliminação dos criadouros. Diz que o agente sanitário e o caminhão de
148 fumacê são complementares, a participação da população é, na sua opinião, a questão fundamental.
149 Acrescenta que houve uma reformulação do SOS-Saúde que conta com 10 estagiários treinados
150 para receber os telefonemas da população e toda a responsabilidade das ações locais é dos distritos

151 que dão encaminhamento às questões levantadas pelo telefone. Fala que o problema está em
152 verificar se os Centros de Saúde e distritos estão preparados para dar respostas às demandas que
153 chegam ao SOS-Saúde. Conclui informando que o plano de combate à dengue contém inclusive o
154 orçamento, estando mais sujeito a alterações mas é bastante amplo e cópia dele será repassada ao
155 secretário-geral do Conselho, Roberto. A chefe do serviço de Zoonoses, Maria Helena, comenta a
156 colocação da conselheira Terezinha, falando da importância do controle da população que, no seu
157 entendimento, deve procurar os gerentes das unidades para um trabalho conjunto porque apesar do
158 agente sanitário atuar, segundo diz sob supervisão permanente considera muito importante que a
159 população acompanhe. O conselheiro Evaristo Garcia, fala de campanha feita no bairro Santa
160 Terezinha e coloca que, na sua opinião, a população não está dando apoio e os agentes são
161 recebidos como visita incomoda. Defende uma conscientização e informa de projeto apresentado à
162 Câmara de Vereadores tornando obrigatória a inclusão do estudo do Código Sanitário no
163 Currículo Escolar. Lê a introdução do projeto a que se referiu. O diretor do Distrito Sanitário
164 Pampulha e conselheiro Luciano Eloy, reforça a importância do adote o seu quarteirão que
165 considera o instrumento mais ágil de combate à dengue e que, na sua opinião, deverá ser também
166 utilizado quando da implantação do PSF que diz estar se vislumbrando agora. Diz que a informação
167 do conselheiro Evaristo sobre o Santa Terezinha não corresponde à realidade e que naquele dia já
168 havia 32 comissões de quarteirão no Santa Terezinha no evento citado estavam presentes 21
169 adotantes. Informa sobre reunião com as Comissões de quarteirão do bairro Santa Rosa e que dos
170 1500 quarteirões da Pampulha 10% ou 150 já foram adotados. Considera excelentes os resultados
171 da Campanha que, segundo diz, começou em 23/09, portanto há cerca de duas semanas já tendo
172 alcançado, segundo informações do Apolo, 500 quarteirões adotados. A conselheira Gislene, fala
173 que é muito louvável o que a Secretaria está fazendo em relação ao adote seu quarteirão, mas
174 preocupa-se com a questão dos recursos financeiros no combate à Dengue porque considera pouco
175 o que as comunidades podem fazer. Pergunta ao Apolo como está a liberação de recursos do
176 governo federal para combater a Dengue e diz ter estado em uma reunião com representantes de 27
177 cidades e muitas não têm recursos sequer para promover campanhas de mobilização da
178 comunidade. Questiona como ficará a saúde com os cortes do pacote fiscal. A conselheira Marilza,
179 fala que sua preocupação é quanto aos exames laboratoriais da Dengue e, por ser profissional da
180 área, explica os processos colocando que no setor de urgência é necessário mobilizar mais médicos
181 e bioquímicos já que, no seu entendimento, apesar de tudo o que está sendo feito a incidência da
182 Dengue Hemorrágica deverá ser maior e vivificou as dificuldades enfrentadas durante a epidemia.
183 Pergunta como a Secretaria está se preparando para esse possível aumento dos casos de Dengue
184 Hemorrágica. O conselheiro José Bonifácio, fala que considera saudável o esforço que a Secretaria
185 vem fazendo para estabelecer parceria com a população. Diz que a população deseja participar
186 dessa parceria mas existe um grande receio, primeiro, de que a sociedade venha substituir o dever
187 do estado, segundo, sobre os recursos financeiros de que a prefeitura dispõe para colocar no plano
188 de combate à Dengue de Outubro a Maio, quanto virá do governo federal e se não vierem estes
189 recursos pôr quanto tempo o plano poderá ser mantido. O conselheiro José Osvaldo, fala que a
190 Comissão Local de Saúde do Urucuia, da qual é membro, tem feito um trabalho de mobilização da
191 comunidade e apela a que cada conselheira adote um quarteirão e procure os Conselhos Distritais e
192 coloque a discussão no sentido de que estes Conselhos discutam com as Comissões Locais
193 ampliando a mobilização. Diz que os conselheiros são lideranças comunitárias e considera que a
194 preocupação de que a população esteja substituindo o papel do estado não cabe, porque entende que
195 o que deverá ser feito pelas pessoas que adotarem o quarteirão é detectar onde é necessária a
196 presença dos agentes sanitários e chamá-los, além de conversar com os moradores conscientizando-
197 os no sentido de evitar a proliferação da doença. A conselheira Maria Josefina, fala que entrevistou
198 várias pessoas do bairro Santa Terezinha que confirmam que a comunidade está mobilizada para a
199 campanha contra a Dengue. O conselheiro Antônio Carlos, pergunta ao secretário-adjunto se é
200 procedente a informação de que seriam enviados Kits-Dengue para os Centros de Saúde e diz

201 preocupar-se com a questão dos recursos financeiros e também com as questões colocadas pela
202 conselheira Marilza porque em reunião com a administração regional Nordeste foi informado de
203 que os focos e água suja estão acontecendo. Reforça o apelo feito aos conselheiros pôr José
204 Osvaldo, mas coloca que faltam equipamentos e informações. O conselheiro Evaristo, fala que as
205 políticas sociais devem ser absorvidas pela população, cabendo ao poder executivo criar os
206 mecanismos que estimulem a participação popular. O conselheiro Sebastião, parabeniza o
207 secretário, Apolo e fala que os agentes sanitários estão enfrentando muitas dificuldades com alguns
208 moradores e quando aplicam multas são questionados. Coloca que, na sua opinião, os agentes
209 deveriam Ter em mãos instrumentos legais para apresentar aos que questionam seu poder de multar.
210 O conselheiro Paulo Roberto Venâncio Carvalho, fala que, segundo o Ministério da Saúde, para
211 cada caso de Dengue existem dez casos encobertos que tiveram sub-sintomas não revelados e em
212 Belo Horizonte houve em torno de 90 mil casos o que significa que existe a possibilidade de 900
213 mil infectados. Pergunta qual a política de Belo Horizonte em relação a parcerias com os outros
214 municípios, com o estado e em relação a União. Entende que se não houver respaldo dos governos
215 estadual e federal é necessário denunciar o descaso. O participante Márcio, da Comissão Local do
216 bairro União, informa que na Assembléia Legislativa está sendo feito um trabalho de
217 conscientização sobre a Dengue junto ao pessoal da casa. Lê informes oficiais da Secretaria
218 Municipal de Saúde e coloca que os conselheiros, na condição de líderes comunitários, têm que
219 fazer mutirão com a comunidade e abraçar a campanha de combate a Dengue. A conselheira Leda
220 defende a união de todos para aderir à campanha e informa que no bairro Cachoeirinha a
221 comunidade está sendo envolvida no processo e a mobilização deverá ser intensificada agora que
222 está acabando a campanha eleitoral já que, segundo diz, surgem resistências pôr parte de pessoas
223 que fazem confusão atribuindo a mobilização a causas politico-eleitorais. Defende que a parceria
224 com as escolas é muito importante pelo interesse que os alunos demonstram em abraçar a
225 campanha. Fazendo considerações sobre as questões levantadas, Apolo fala que cada Centro de
226 Saúde recebeu o Kit que tem os ovos da pernilonga, a larva, a pupa e o pernilongo adulto. Diz que
227 tem um Kit em cada Centro de Saúde e será encaminhado mais um, assim como estão sendo
228 montados Kits que serão enviados as escolas e outros locais priorizando a distribuição aos agentes
229 sanitários que vão aos domicílios. Além desse Kit biológico diz existir material impresso que está
230 sendo distribuído. Cita situações específicas de risco, alertando para calhas, córregos
231 exemplificando com denúncia de acúmulo de água em vasos colocados em sepulturas no Cemitério
232 do Bonfim diz, é um lugar que expõe as pessoas a outros riscos pela existência de grande
233 quantidade de insetos. Em relação as aos recursos financeiros, Maria Helena informa que o
234 município recebeu um repasse de R\$ 4 milhões em cima de projeto remetido ao Ministério da
235 Saúde que previa um repasse inicial de R\$ 7,600 milhões e a Secretaria solicitou os restantes R\$
236 3.600, mas foram liberados somente mais R\$ 2 milhões que ainda não foram repassados. Portanto a
237 Secretaria contou com R\$ 4 milhões utilizados para pagar pessoal e confeccional o material
238 impresso, havendo os recursos da contrapartida da prefeitura. Esclarece que o Cemitério do Bonfim
239 já é objeto de ações permanente da vigilância e que não é qualquer água suja nem todo pernilongo,
240 que representa ameaça em relação a Dengue. Gilvânia complementa esclarecendo sobre a questão
241 dos laboratórios que a sorologia específica é feita ou pela FUNED ou pelo laboratório da Faculdade
242 de Medicina cabendo aos laboratórios da rede colher o material e encaminhá-lo a estas instituições.
243 Acrescenta que em época de epidemia o número de pessoas aumenta muito sendo necessário sim
244 um aporte maior de recursos humanos e de material e essa questão já tem sido discutida
245 internamente na Secretaria para que havendo necessidade se esteja preparada para agir rapidamente,
246 deslocando pessoal e material ou efetuando a contratação e compra emergencial que se fizer
247 necessário. No 3º ponto da pauta, Roberto esclarece que será votado o relatório do último trimestre
248 e ratificadas as votações já ocorridas dos trimestres anteriores parta fechamento do ano. a
249 conselheira Anadil, lê o parecer da Câmara Técnica de Financiamento que recomenda a aprovação
250 das contas do Fundo Municipal de Saúde referentes ao ano de 1997, considerando esclarecimentos

251 prestados em relação às contas do HOB. O conselheiro Evaristo, esclarece quer a CT recomenda a
252 aprovação mas isso não impede a continuidade das auditorias que diz estarem sendo feitas no HOB.
253 O conselheiro João Athayde, complementa informando sobre os esclarecimentos prestados à
254 Câmara Técnica em relação aos casos dos salários elevados pagos a alguns servidores do HOB. A
255 seguir, Roberto coloca em votação o relatório financeiro considerando como proposta 1 – aprovar e
256 proposta 2 – não aprovar. Feita a chamada nominal dos conselheiros a proposta 1 recebeu 16
257 (dezesesseis) votos, a proposta 2, não foi votada e houve 04 (quatro) abstenções com três declarações
258 de voto. Em sua declaração de voto, o conselheiro José Bonifácio fala de sua preocupação com o
259 parecer que, segundo diz, recomenda a aprovação e faz várias recomendações que não foram
260 sanados até o momento. Fala que um parecer que tem ressalvas pode vir a ser questionado no TCU
261 e os conselheiros são responsáveis pela aprovação. A conselheira Laraene, em sua declaração de
262 voto, diz que apesar de não constar no parecer da CT a palavra ressalva, no seu entendimento, as
263 ressalvas existem e a responsabilidade recairá sobre os conselheiros que aprovaram as contas com
264 as observações feitas. O conselheiro Paulo Roberto Venâncio de Carvalho, declara seu voto
265 colocando que o plenário não aprova as contas e sim o parecer e sua preocupação é mesma em
266 relação a questão das ressalvas. No ponto seguinte da pauta, o conselheiro Paulo Venâncio,
267 apresenta o parecer da Câmara Técnica do Controle e Avaliação sobre o relatório de gestão do
268 parecer constam as seguintes recomendações: 1 – Que o modelo de relatório de gestão apresentado
269 pela SMSA obedeça ao modelo de relatório do Conselho Nacional de Saúde; 2 – Maior agilidade na
270 Central de Internações; 3 – Que a Secretaria contrate mais consultas especializadas para que a rede
271 incorpore a esta Central 50% das consultas especializadas no HOB e na Santa Casa de
272 Misericórdia; 4 - Convênio com a Santa Casa de Misericórdia; 5 – Projeto de Saúde Mental:
273 entende a CT que há necessidade de ampliar os CERSANs na cidade disponibilizar um atendimento
274 de 24 horas no Barreiro e Pampulha; 6 – Ampliação dos serviços de laboratórios distritais,
275 entendendo que existe um gasto excessivo com serviços terceirizados; 7 – A Câmara Técnica
276 recomenda uma plenária do CMS com os técnicos da SMSA para discutir os projetos de
277 hospital/dia, resgate e dispensação de medicamentos; 8 – Apoio Terapêutico com o controle de
278 qualidade de medicamentos; 9 – Discussão com o Galileu pôr falta de pediatras em salas de parto;
279 10 – Contratação de recursos humanos para operar aparelhos de ultra-sonografia pois existem sete
280 aparelhos e apenas doze profissionais; 11 – Relatório de Gestão do HOB: Gerenciar melhor suas
281 consultas especializadas pois a CT entende ser baixa a produtividade destes serviços. Melhorar a
282 conservação de seus equipamentos hospitalares, principalmente os aparelhos de RX e Endoscopia e
283 que seja resguardada à população de Belo Horizonte o atendimento de demanda livre em função da
284 fragilidade do atendimento da rede básica. É recomendada a aprovação do relatório, preservadas as
285 recomendações lidas e outras constantes das atas das reuniões da CTCA. Na seqüência, Roberto
286 coloca em votação o relatório de gestão referente ao quarto trimestre e referendando a aprovação
287 dos relatórios apresentados anteriormente o plenário delibera pôr consenso aprovar o relatório de
288 gestão da SMSA referente ao ano de 1997. No último ponto da pauta, o conselheiro Júlio César,
289 apresenta proposta de Resolução que assegura a realização de plenárias dos conselheiros usuários.
290 O conselheiro Paulo Venâncio, coloca que é a favor da aprovação, mais entende que os usuários
291 têm autonomia para decidir sozinhos sua forma de organização e questiona o último item da
292 proposta de resolução onde se propõe a avaliação do desempenho dos conselheiros. Júlio retira o
293 item questionado pelo Paulo e pede a aprovação da proposta. O conselheiro Cornellis também se
294 posiciona no sentido de que a organização dos usuários não deve depender de aprovação do
295 conselho. O conselheiro José Bonifácio esclarece a posição dos usuários e defende a manutenção do
296 itens retirado pelo Júlio. O conselheiro José Osvaldo reforça o esclarecimento, colocando que os
297 usuários pretendem apenas o apoio do Conselho, conforme o que, segundo diz, ocorreu com os
298 trabalhadores que propuseram uma resolução nesse mesmo sentido, acrescentando que os usuários
299 têm plena consciência de que sua organização não depende de aprovação do Conselho. Apoiar a
300 proposta de retirada do item 9. O conselheiro Paulo Roberto Venâncio de Carvalho, reitera a

301 posição de defesa da autonomia de usuários e questiona a criação de instâncias dentro dos
302 segmentos representados no Conselho. O conselheiro Antônio Carlos se posiciona também pela
303 retirada do item 9. A conselheira Marlene, se posiciona no mesmo sentido. A participante Rosalina,
304 concorda com a posição de Cornellis e esclarece que a Resolução sobre a plenária dos trabalhadores
305 foi feita pois estes dependiam da liberação do ponto pôr parte da SMSA, o que não ocorre com os
306 usuários. A conselheira Marilza, questiona o que chama o policiamento em relação a exclusão do
307 conselheiro em caso de três faltas e coloca que são muitas as reuniões sendo, na sua opinião,
308 impossível ao conselheiro comparecer a todas. A 1º secretária, Sônia, esclarece que a exclusão se dá
309 após três faltas não justificadas. O secretário-geral, Roberto, coloca em votação a proposta de
310 Resolução e havendo acordo para retirada do item 9 a aprovação é pôr consenso do plenário. O
311 Secretário Municipal de Saúde, Marílio Malagutti, pede a palavra e presta esclarecimentos sobre os
312 documentos lidos no início da presente reunião, reiterando que sua fala não teve o objetivo de
313 detratar assegurando que entretanto tem provas de que houve, no mínimo, negligência na compra de
314 uma casa em Venda Nova, feita a cerca de dois anos atrás pôr R\$ 198 mil, que agora ele mandou
315 avaliar novamente e a mesma foi avaliada em R\$ 98 mil. Diz que tem os documentos e este é
316 apenas um caso não estando afirmando que ninguém levou vantagem mas reafirma que houve dolo
317 aos cofres públicos. Coloca que não sabia que os documentos seriam lidos na presente reunião já
318 que o assunto não constava da pauta, acrescentando que, se soubesse, teria comparecido no início
319 da reunião. A mesa esclarece que o José Osvaldo foi ao gabinete solicitar a presença do Secretário,
320 ou de quem o representasse, antes de proceder à leitura dos documentos. Em seguida, Roberto,
321 convoca os conselheiros a se inscreverem para compor a Comissão Organizadora do Seminário
322 sobre o PSF, proposta durante os informes. A comissão foi composta pelos conselheiros: Anadil,
323 Antônio Carlos, Terezinha, Antônio Amâncio, Antônio Gomes, Paulo Roberto Venâncio de
324 Carvalho, Maria Betânia e Apolo Henriger. Às 18:30 horas, nada mais havendo a tratar, encerrou-se
325 a reunião da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo presidente
326 do Conselho e pelo secretário-geral. Belo Horizonte, 08 de Outubro de 1998.
327 RFF/vld